



**PROJETO DE LEI
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021**

**O PROGRAMA “OPORTUNIZAR” NO
MUNICÍPIO DE CANDEIAS-BA PARA A
CONTRATAÇÃO DE INICIANTES NO
MERCADO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O A **CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso XVI do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990, decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Programa “Oportunizar”, no âmbito do Município de Candeias, Estado da Bahia, fomentando a inserção dos jovens e adultos no mercado de trabalho, capacitando-os e incorporando-os nas mais diversas áreas laborais.

Art. 2º – Os objetivos do Programa são:

- I. Inserir o jovem no mercado de trabalho;
- II. Fomentar a geração de Emprego e Renda;
- III. Promover a escolarização e a capacitação profissional dos jovens;
- IV. Incrementar a participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e de renda no Município.

Art. 3º – Caberá ao Poder Executivo Municipal criar políticas públicas para incentivar através de benefícios as Pessoas Jurídicas de Direito Privado e devidamente inscritas no Cadastro Econômico do Município, a aderirem ao programa lei, as quais acrescentarão em seu quadro de empregados os iniciantes de atividade no mercado de trabalho, reduzindo o índice de desempregados oportunizando a jovens e adultos que buscam o primeiro emprego, bem como nos seguintes casos:

- I – Iniciativas de incentivo a projetos de geração de empregos e renda;
- II – estimular programas de apoio à gestão e ao desenvolvimento de cooperativas de trabalho, incubadoras tecnológicas e projetos de economia solidária;
- III – desenvolvimento de projeto de qualificação e requalificação profissional de jovens;
- IV – desenvolver parcerias com órgãos oficiais e empreendedores privados para projetos de incubadoras de micro e pequenas empresas; e,
- V – Implantar, nas áreas de políticas públicas de assistência social, o trabalho solidário, inserindo os jovens profissionais nos programas oficiais e conveniados de apoio a creches, asilos, associações de moradores, adolescentes e jovens, habitação e de portadores de necessidades especiais.



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
GABINETE DO VEREADOR ROBINHO MIRANDA
REGIÃO METROPOLITANA**

Art. 4º – As empresas que diretamente forem beneficiadas por qualquer benefício ou mesmo com isenção fiscal para instalarem no Município deverão reservar, no mínimo, 20% (vinte por cento) das vagas de trabalho ao primeiro emprego.

§ 1º – Caso a aplicação do percentual de que trata este artigo resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

§ 2º – A porcentagem de que trata o caput deste artigo deve ser garantida pelo período mínimo de 03 (três) anos, a partir da data do início da concessão do benefício e/ou incentivo.

Art. 5º – O Programa Oportunizar terá como órgão gestor e executor a Secretaria Municipal de Emprego e Renda, com a colaboração da Secretaria da Juventude, Desenvolvimento e Assistência Social, Trabalho e do Conselho Municipal da Juventude, no qual criará um Grupo Técnico para identificar as deficiências de mão de obra e poderá disponibilizar cursos de qualificação intermediando a inserção do iniciante ao mercado de trabalho.

Parágrafo Único – A Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Orçamento encaminhará mensalmente a Secretaria Municipal de Emprego e Renda, a relação de empresas beneficiadas com benefícios ou incentivos fiscais;

Art. 6º – A coordenação do Programa ficará a cargo do Grupo Técnico composto por representantes dos órgãos citados no art. 5º, sob a coordenação geral do representante da Secretaria Municipal de Emprego e Renda;

§ 1º – O Grupo Técnico elaborará seu regimento interno.

§ 2º – As deliberações do Grupo Técnico serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 7º – São atribuições do Grupo Técnico:

- I- Definir, anualmente, diretrizes e metas para o Programa, de acordo com as prioridades de desenvolvimento do Município.
- II- Instituir os termos básicos dos atos administrativos a serem firmados com as instituições empregadoras e jovens participantes do Programa;
- III- Definir os critérios para a avaliação do Programa;
- IV- Identificar fontes de recursos complementares de forma a ampliar abrangência do Programa;
- V- Propor ações que visem à integração das Secretarias e órgãos governamentais necessárias à execução do Programa.
- VI- Divulgar mensalmente por meio eletrônico, na página da Prefeitura Municipal de Candeias, a relação dos jovens inscritos, os já encaminhados e aproveitados, as empresas participantes, e dados estatísticos do programa;
- VII- Apresentar, no mês de janeiro de cada ano, a programação das diretrizes e metas do Programa e apresentar o relatório anual do acompanhamento da execução dos projetos do Programa no ano anterior.

Art. 8º – Cabe à Secretaria Municipal de Emprego e Renda:

- I – Realizar a supervisão, execução, fiscalização e avaliação do Programa;
- II – Coordenar as ações institucionais necessárias à execução do Programa;
- III – praticar os atos administrativos necessários à implementação do Programa;



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
GABINETE DO VEREADOR ROBINHO MIRANDA
REGIÃO METROPOLITANA**

Art. 9º – As inscrições de jovens serão efetuadas nos postos de atendimento da Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda.

Parágrafo Único – Cabe à Secretaria Municipal de Emprego e Renda, com o auxílio e acompanhamento do Grupo Técnico ou de pessoas por ele indicadas, fiscalizar o cumprimento da lei.

Art. 10 – Para inscrever-se no Programa o jovem deverá ter idade compreendida entre 16 (dezesesseis) e 29 (vinte e nove anos), devendo apresentar no ato da inscrição:

I – Carteira de identidade, CPF, Título de Eleitor, CTPS e comprovante de residência;

II – Declaração de que não tenha tido relação formal de emprego; e,

III – Atestado de matrícula atualizado para comprovação de estar cursando ou concluído os níveis médio ou superior do sistema oficial de ensino.

Art. 11º – A Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda deverá afixar nos seus postos de atendimento e no sítio da Prefeitura, mensalmente, a relação dos inscritos no Programa, bem como daqueles já encaminhados e aproveitados pelos empregadores.

§ 1º – O encaminhamento dos jovens aos empregadores deverá obedecer à ordem cronológica de inscrição;

§ 2º – Terão prioridade para preenchimento dos postos de trabalho os jovens oriundos de programas sociais e que estejam cursando o Ensino Médio ou Superior.

§ 3º – É vedada a contratação, no âmbito do Programa, de jovens que sejam parentes, ainda que por afinidade, até o terceiro grau, dos empregadores, sócios das ou dirigentes das empresas contratantes.

Art. 12º – Para efeito desta lei, compreende-se por primeiro emprego aquele destinado a todas as pessoas que não tenham qualquer experiência profissional comprovada em carteira de trabalho ou por contrato de prestação de serviços.

Art. 13º – O empregador que reduzir o número de postos de trabalho estabelecido no art. 4º ou que descumprir o que determina a Lei, fica obrigado a restituir ou ressarcir ao Município, em sua totalidade, em até seis parcelas mensais e sucessivas, os valores dos benefícios ou incentivos despendidos pela municipalidade e que lhe tenha sido agraciado, os quais serão atualizados monetariamente, desde a data da concessão do benefício, ficando, ainda, inabilitado para participar de Programas de incentivos ou firmar qualquer relação comercial ou de prestação de serviços com o Governo Municipal.

Art. 14 – Se houver rescisão do contrato de trabalho do iniciante devidamente inscrito no Programa, o empregador manterá o posto de trabalho, substituindo, em até quinze dias, o jovem dispensado por outro também inscrito, obedecendo à ordem cronológica e prioridade de atendimento.

Parágrafo Único – Na hipótese, o objetivo de o incentivo ter como meta, base, princípio a execução de obra, ou mesmo que venha ocorrer durante a fase de execução de obras, o percentual previsto no caput deverá ser assegurado durante toda a sua realização, entendendo-se do completo funcionamento do empreendimento, observando-se o disposto neste artigo.



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
GABINETE DO VEREADOR ROBINHO MIRANDA
REGIÃO METROPOLITANA**

Art. 15º – Aplica-se a obrigatoriedade de implementar o programa instituído no art. 1º desta lei dentro do âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, obedecendo os seguintes quesitos:

a) Os contratos de prestação de serviços advindos de processos seletivos para contratação de pessoal no âmbito da Administração Pública Municipal direta ou indireta deverão representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) das vagas para o primeiro emprego.

Art.16º – Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (sessenta) dias contados da sua publicação.

Art.17º – As Empresas que atenderem aos requisitos e forem cadastradas, poderão ser beneficiadas de acordo com os termos previstos na Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) artigo 14. § 1.

Art. 18º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

ROBSON MIRANDA
Vereador